

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.607 - SP (2018/0309197-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : RODRIGO CARMO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO JOSÉ GÁY E OUTRO(S) - SP154072
AURENI VIEIRA SANTA ROSA - SP386078
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por RODRIGO CARMO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* na origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 56):

Habeas Corpus ~ Associação criminosa e estelionato tentado - Insurgência contra a manutenção da custódia cautelar - Alegações de ausência de fundamentação da decisão objurgada e dos requisitos da prisão preventiva - Inadmissibilidade - Indeferimento do pedido de liberdade provisória, com motivação pautada em conduta que tem alto grau de reprovabilidade, e a forma com que a ação teria se dado (em concurso de agentes, com emprego de meio fraudulento complexo e na posse de mais de 1200 cartões bancários) indica a periculosidade e a ousadia do agente que, em liberdade, apresenta risco para a ordem pública Irrelevantes primariedade e bons antecedentes - Descabimento, por inadequação, de qualquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403/2011, mormente em face da norma inscrita no artigo 282, inciso n, do mesmo Código. Ordem denegada.

Neste recurso argumenta-se, em suma, a ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas previstas no art. 319 da mesma lei processual.

O recorrente foi preso em flagrante em 11/8/2018, posteriormente convertido em preventiva, e denunciado pela prática dos crimes tipificados no art. 171, *caput*, c.c. o art. 14, II, e 288, *caput*, todos do Código Penal.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento recursal.

Na origem, o processo n. 1500609-84.2018.8.26.0548, oriundo da 6ª Vara Criminal de Campinas/SP, encontra-se na fase de apresentação de memórias, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 7/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto preventivo assim dispôs (fl. 37 - com destaques):

[...] As circunstâncias concretas do fato demonstram que a prisão cautelar se afigura necessária por garantia da ordem pública. No tocante aos fatos objeto da prisão em flagrante, consigne-se que os investigados, em conluio prévio, portavam mais de 1200 cartões bancários em branco, ou seja, prontos para serem clonados. Apesar da ausência de grave ameaça ou violência, a expressiva quantidade de cartões indica a prática reiterada do crime patrimonial ora em questão, o que denota a periculosidade social de suas condutas. No mais, os investigados Tassito e Rodrigo possuem outras passagens criminais. O primeiro já foi, inclusive, condenado por crimes patrimoniais, e o segundo estava em cumprimento de medida cautelar, fatos que indicam que as medidas alternativas à da prisão são insuficientes à reintegração social. Dario, a par de não possuir outras passagens, era o condutor do veículo, onde foram localizados 200 cartões magnéticos em branco e, como já fundamentado, representa risco à ordem pública diante da magnitude do crime patrimonial em análise. 6. Outrossim, em sendo o caso de prisão preventiva, para resguardo da ordem pública, inaplicáveis as medidas cautelares diversas a da prisão ou a concessão de fiança. 7. Destarte, não sendo caso de relaxamento da prisão, tampouco de concessão de liberdade provisória, converto em prisão preventiva a prisão em flagrante, pois necessária a custódia cautelar por garantia da ordem pública. [...]

Como se vê, o decreto prisional tem fundamento na gravidade do crime, evidenciada nas circunstâncias fáticas, tendo em vista que o paciente é indicado como membro de grupo criminoso focado no delito de estelionato, sendo apreendido com ele e os outros investigados 200 cartões bancários prontos para serem utilizados em clonagem, de modo que não se verifica ilegalidade na decisão recorrida.

Ademais, consta da decisão acima, que o recorrente possui outras passagens criminais e estava em cumprimento de medida cautelar anterior, que não se mostrou suficiente.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização

criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014.

Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Outrossim, pacífico é o entendimento neste Tribunal que o descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta para a concessão da liberdade provisória justifica a custódia cautelar. Nesse sentido: RHC n. 49.126/MG - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura - DJe 26/09/2014; HC n. 281.472/MG - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Jorge Mussi - DJe 18/06/2014; HC n. 269.431/GO - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 11/04/2014; HC n. 275.590/BA - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 26/02/2014.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

